



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

24/04/2015

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DESEMBARGADOR.....	3
2.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	4 - 5
2.3. OUVIDORIA.....	6
2.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	7 - 9
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. VARA CÍVEL.....	10
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. DECISÕES.....	11
4.2. OUVIDORIA.....	12
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. DECISÕES.....	13
5.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	14 - 16
5.3. OUVIDORIA.....	17
5.4. VARA CRIMINAL.....	18
5.5. VARA CÍVEL.....	19

Polícia detém suspeitos de integrarem facção criminosa

Como resultado da intensificação do trabalho do sistema de segurança, fruto de planejamento estratégico e do serviço de inteligência apurado, a PMMA deteve seis suspeitos de integrarem facções criminosas na Região Metropolitana de São Luís.

PÁGINA 12

Polícia cumpre mandado de prisão na Pç. Deodoro

A equipe de captura da Polícia Interestadual (Polinter), coordenada pelo delegado Paulo Márcio Tavares, cumpriu mais um mandado de prisão na manhã de ontem (23). Na ação, foi preso Paulo César Ferreira Costa, conhecido como 'Chaparral', 46 anos.

Contra Paulo César havia um mandado de prisão preventiva em aberto, expedido pela 2ª Vara Criminal de São Luís, pelo crime de furto qualificado, conforme art. 155 §4º. A prisão ocorreu na Praça Deodoro, em São Luís.

Paulo César foi encaminhado à sede da Polinter para a realização dos



Paulo César, o 'Chaparral' procedimentos legais e, logo depois, encaminhado ao Centro de Triagem, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde ficará à disposição da Justiça.

OS DESEMBARGADORES do Tribunal de Justiça do Maranhão elegeram o desembargador Paulo Vélten titular do Órgão Especial da Corte de Justiça. A vacância de cargo ocorreu em virtude da aposentadoria do desembargador Benedito Belo, que ocupava vaga de membro do órgão por antiguidade, sendo substituído pelo desembargador José Joaquim Figueiredo, o mais antigo entre os membros eleitos.

Marquinho Matador confessa ter prazer em ver as vítimas morrerem

Polícia acredita que se trata de um *serial killer* que não estaria agindo sozinho e investiga a possibilidade de ele estar recebendo apoio de outros criminosos; Justiça nega que o acusado tenha recebido o benefício da prisão domiciliar

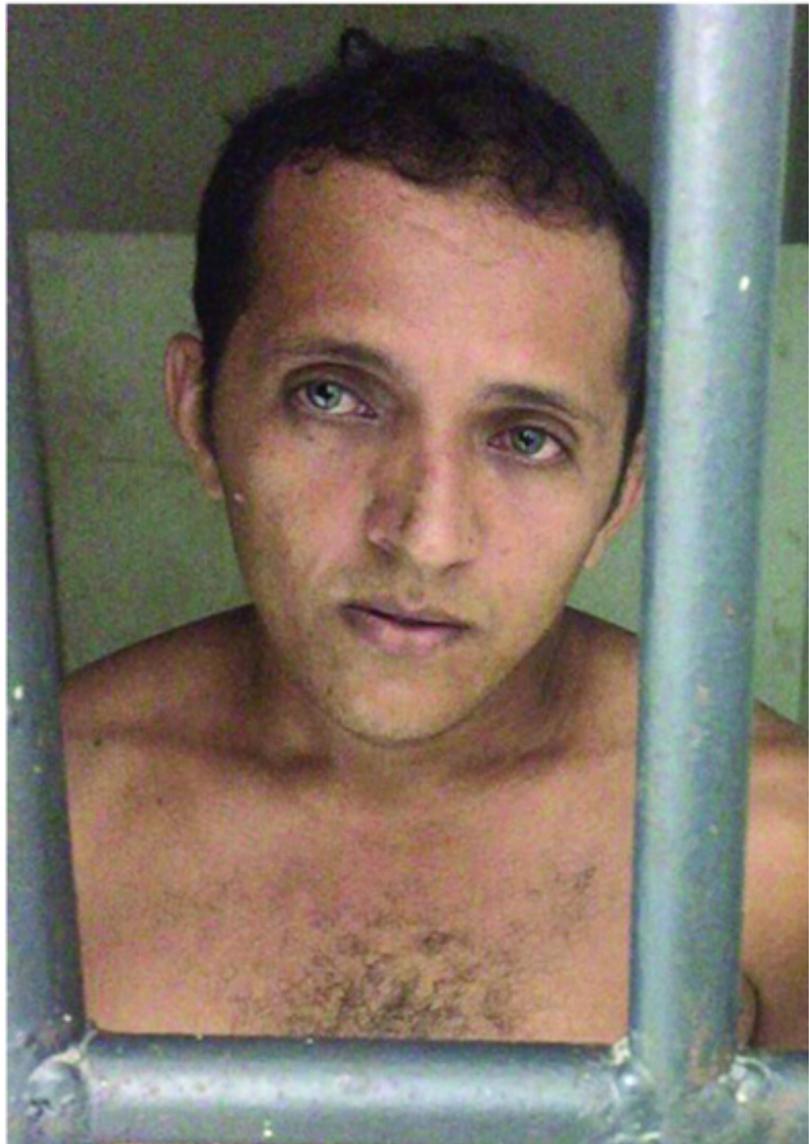
Divulgação

Ismael Araujo
Da Editoria de Polícia

A polícia acredita que o assassino da técnica de enfermagem Wilna de Paula Costa, de 29 anos, o presidiário Marco Aurélio Teixeira Silva, o *Marquinho Matador*, seja um *serial killer* e esteja recebendo apoio ou ordens de outros criminosos para matar mulheres. Os crimes cometidos por *Marquinho Matador* estão sendo investigados por uma equipe do 12º Distrito Policial, localizado no Maracanã, sob a coordenação do delegado Newton Correa, que declarou estar investigando a participação de outras pessoas envolvidas nessa empreitada criminosa, principalmente na morte de Mayara Amorim.

“Na verdade, *Marquinho Matador* é um *serial killer*, pois afirmou em seu depoimento que sente prazer ao ver as suas vítimas morrendo em sua frente, asfixiadas, mas não podemos descartar a possibilidade de haver outras pessoas que estejam dando cobertura a ele, como até mesmo indicando algumas vítimas. Isto tudo está sendo investigando de forma criteriosa”, declarou Newton Correa.

Marquinho é suspeito de cometer outras atrocidades, principalmente estupro de criança, na área de Pedrinhas. A próxima vítima dele seria uma mulher com quem estava mantendo relação matrimonial há mais de um mês. Até o momento, ele confessou a autoria de homicídios de quatro mulheres, entre elas a auxiliar administrativa de um hospital particular de São



Marquinho Matador mostrou frieza ao confessar seus crimes

Luís, Mayara de Sousa Amorim, de 19 anos, cujo corpo foi encontrado em um matagal nas proximidades do Complexo Penitenciário de Pedrinhas com sinais de estrangulamento, na manhã do dia 7 de fevereiro deste ano. Os dois suspeitos desse crime, que foram presos na época, segundo a polícia, já estão soltos desde o dia 6 deste mês.

Liberdade - Em relação às duas pessoas que estavam presas pela morte da auxiliar administrativa - Kelisson Fonseca Brandão e outro homem detido pela polícia, que não teve o nome divulgado -, elas já foram postas em liberdade desde o dia 6. Newton Correa informou que Kelisson Fonseca foi preso no dia 7 de fevereiro

“ Na verdade, *Marquinho Matador* é um *serial killer*, pois afirmou em seu depoimento que sente prazer ao ver as suas vítimas morrendo em sua frente, asfixiadas, mas não podemos descartar a possibilidade de haver outras pessoas que estejam dando cobertura a ele, como até mesmo indicando algumas vítimas. Isto tudo está sendo investigado de forma criteriosa”

Newton Correa, delegado titular do 12º Distrito Policial

pelo fato de a polícia ter encontrado em sua residência, em Pedrinhas, um pedaço de corda semelhante ao material utilizado para enforcar Mayara Amorim. O outro homem foi detido pelo fato de haver indícios de que tivesse participado dessa ação criminoso. A polícia solicitou à Justiça o mandado de prisão preventiva contra os dois, mas no decorrer da investigação foi constatado que eram inocentes.

Agora, com a prisão de Marco Aurélio Silva, além da morte da auxiliar de enfermagem Wilna de Paula Costa, de 29 anos, ele confessou ter sido o autor do assassinato da auxiliar administrativa Mayara de Sousa Amorim. O corpo de Wilna de Paula Costa, de 29 anos, foi encontrado no matagal na Vila Cabral,

em Pedrinhas. As outras vítimas foram Elizabete Pereira, de 20 anos, e uma namorada dele, adolescente.

Semiaberto - “A Justiça nunca concedeu prisão domiciliar para o apenado Marco Aurélio Teixeira Silva. Ele está cumprindo pena no regime semiaberto”, afirmou o ex-juiz da Vara de Execuções Penais, Roberto de Paula. Segundo ele, esse apenado foi condenado pela morte da doméstica Elizabete Pereira a mais de 30 anos de cadeia e chegou a cumprir 6 anos em regime fechado. No mês de novembro de 2012, houve regressão na sua pena e passou para o regime semiaberto.

Após isso, Marco Aurélio Teixeira passou a ser beneficiado com a saída temporária e o pró-

prio juiz Roberto de Paula concedeu a saída do Dias dos Pais e das Crianças. “Não tenho conhecimento de esse apenado estar gozando de prisão domiciliar. No entanto, é necessário verificar isso com a Sejap”, declarou Roberto de Paula.

Já a assessoria de comunicação da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) informou, por telefone, que o apenado cumpre prisão no regime semiaberto, ou seja, passa o dia fora da cadeia e retorna à unidade prisional à noite.

Concessão de liberdade - Em nota, o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), juiz Gervásio Santos, sobre a questão levantada pela imprensa sobre os autores dos homicídios das duas jovens em Pedrinhas serem apenados, esclareceu que os magistrados, ao decidir pela concessão de liberdade a quem tenha cometido ato criminoso, apenas estão cumprindo o que determina a lei.

Ele ainda frisou que a sociedade brasileira precisa entender que o juiz não prepara as leis, mas as cumpre. No caso do assassinato das duas jovens, Gervásio Santos informou que a liberdade foi concedida aos autores dentro da total legalidade.

Após cumprir determinado período em regime fechado, o autor do delito que se encontra preso terá direito à progressão da pena, passando para o regime semiaberto e depois para o aberto. “Nos dois recentes casos, a liberdade foi concedida dentro da lei, até porque, se o juiz não liberar quando tem obrigação de fazê-lo, ele poderá responder por abuso de autoridade”, explicou.

Ouvidoria do Judiciário do Maranhão atinge mais de 1,3 mil atendimentos

Registros foram feitos por meio de formulário eletrônico na página do Tribunal de Justiça

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão registrou 1.343 atendimentos de janeiro até a segunda semana de abril de 2015. Os registros são feitos por meio de formulário eletrônico disponível na página do Tribunal de Justiça, do Telejudiciário (0800-707-1581), serviço "Fale Conosco" e presencialmente, na sede do órgão, no Fórum de São Luís (Calhau). Todos os questionamentos são encaminhados ao departamento responsável, que tem o prazo de três dias para providenciar a resposta.

A internet continua sendo o meio mais utilizado pelos usuários para solicitar informações e esclarecer as dúvidas, com 837 registros (63,33%) realizados por formulário eletrônico, e-mail (ouvidoria@tjma.jus.br) ou pelo link "Fale Conosco", disponíveis no Portal do Judiciário (www.tjma.jus.br).

O Telejudiciário (0800-707-1581) é o outro canal bastante acessado, com 360 registros (26,81%), incluindo o agendamento de sessões de conciliação, consultas sobre movimentações processuais, entre outros procedimentos. Na forma pre-



Desembargador Paulo Velten

sencial, foram feitos 77 atendimentos (5,73%).

Reclamações - O item "reclamações" liderou a lista das manifestações, com 1.060 registros (78,93%); em segundo lugar, "pedidos de informação", com 205 (15,26%); seguido de "denúncias", com 30 (2,23%).

Dentre os principais assuntos reclamados pela população, a morosidade processual continua sendo o principal, com 887 manifestações, o que equivale a 83,68% do total.

Para o desembargador Paulo Velten, esse dado indica que, além das ações em curso no Judiciário para otimizar a atividade jurisdicional - como os centros de conciliação, convocação de novos juizes, planejamento estratégico, implantação do Processo Judicial

Mais

As audiências contam com a participação ativa de populares, representantes da sociedade civil, líderes políticos, religiosos, presidentes de associações e entidades de classe, membros da advocacia e da Defensoria Pública, além de juizes e servidores. Outras estão programadas para acontecer ainda este ano, em São Luís, Pinheiro, São João dos Patos e Imperatriz.

Eletrônico (PJe) e comissão sentenciante itinerante da Corregedoria Geral da Justiça -, outras medidas mais incisivas precisam ser tomadas para priorizar a atenção à Justiça de 1º grau.

"A Ouvidoria recomenda a imediata observação, pelos juizes, de uma ordem cronológica de julgamentos, regra que tende a assegurar tratamento isonômico aos jurisdicionados e maior previsibilidade para a solução dos litígios", sugere o ouvidor-geral, com base em norma constante do novo Código de Processo Civil (CPC), que entrará em vigor no próximo ano.

Audiências - Outro importante meio utilizado pela Ouvidoria com vistas a aproximar o cidadão da Justiça e aprimorar a prestação jurisdicional, estimulando a participação popular na construção de um Judiciário mais eficiente e republicano, são as audiências públicas.

Durante a atual gestão, já foram realizados três encontros - em Caxias e Bacabal (reunindo 600 pessoas), em 2014, e o último em Chapadinha, em março deste ano, do qual 200 pessoas participaram.

Pacientes denunciam ausência de fornecimento de bolsas de colostomia

Material especial não está sendo distribuído gratuitamente há seis meses e usuários precisam comprar o material

Já faz três anos desde que a vida de Dilson Serrão Nunes deu uma reviravolta. Na época, ele descobriu um câncer no intestino e, depois de muitos procedimentos, foi submetido a uma colostomia, procedimento em que as fezes passam a ser coletadas em uma bolsa pela parede abdominal. Além de sua condição física, que inspira cuidados, ele enfrenta um agravante: o fornecimento das bolsas, que eram entregues gratuitamente, deixou de ser feito desde outubro do ano passado.

A situação não é fácil e centenas de pessoas da capital e interior, que também precisam das bolsas, estão enfrentando dificuldades por causa da interrupção no fornecimento do material. Como Dilson Serrão Nunes conta, as bolsas eram fornecidas pelo Hospital Universitário da Universidade Federal do

Maranhão (UFMA) e entregues regularmente na sede da Associação dos Ostomizados do Maranhão (Aoma).

Mas depois que a unidade passou a ser administrada pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), a responsabilidade do fornecimento passou para o Município de São Luís, que até hoje não realizou o repasse. A Aoma tinha cerca de 900 pacientes cadastrados, na capital e no interior, que recebiam cerca de 10 bolsas por mês cada um.

Dificuldades - Em outubro, foi a última vez que Dilson Nunes recebeu a bolsa gratuitamente. Desde então, ele precisa comprar os coletores. Cada um custa R\$ 13,80 e precisa ser trocado duas a três vezes por semana. "Essa bolsa adere na pele e, dependendo se o dia está calor, vai

descolando. Não dura muito. Então, tem de trocar logo", destacou o paciente.

Tendo de gastar dinheiro com as bolsas, que deveria receber gratuitamente, o orçamento da família ficou apertado. Uma opção é buscar doações de outros pacientes que já tenham passado pelo procedimento e, por acaso, tenham bolsas que não utilizaram, guardadas em casa.

"Isso é uma falta de compromisso e falta de respeito, porque não se precisava comprar a bolsa. Agora, fica um jogando a responsabilidade para o outro e ficamos esse tempo todo sem receber bolsa: novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março e abril. A associação buscou o Ministério Público que determinou que o Município entregasse, mas ninguém cumpre lei nesse país", lamentou.

Apuração - Ainda no início de março deste ano, o deputado estadual Eduardo Braide (PMN) levou à assembleia a denúncia. Ele apresentou a atual situação dos pacientes no estado e cobrou o repasse que era feito pelo Hospital Universitário à Aoma, acerca dos dispositivos de coleta que deveriam ser entregues aos pacientes ostomizados da capital e do interior do Maranhão. Na ocasião, o parlamentar revelou que pacientes estão usando sacos de plástico, porque não têm bolsas coletoras, prática que resulta em queimaduras na pele.

A 18ª Promotoria de Justiça Especializada de Defesa da Saúde apurou as responsabilidades no caso. De acordo com o promotor Herberth Costa Figueiredo, foi constatado que realmente o fornecimento das bolsas deve ser feito pela Prefeitura, dentro do programa municipal de prótese, órtese e materiais de uso contínuo.

Foi assinado um Termo de

Ajustamento de Conduta (TAC) em março pelo Município, para que fornecesse os materiais no prazo de 10 dias. Mas não foi cumprido. "Desde quarta-feira da semana passada estamos com uma ação já ajuizada na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís solicitando o retorno do fornecimento das bolsas no prazo de até 72 horas. Estamos aguardando a decisão judicial", informou o promotor de Justiça.

Em nota, o Hospital Universitário da UFMA informou que o fornecimento de bolsas de colostomia não é de sua responsabilidade, pois existe a portaria ministerial nº400 (16/11/2009) que regulamenta, orienta e estabelece diretrizes sobre órteses, próteses e materiais especiais.

O hospital informou ainda que participou, no dia 18 de março de 2015, de audiência de conciliação no Ministério Público do Estado do Maranhão com a participação da Secretaria Municipal de Saúde (Semus), da

Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência, da Superintendência de Ações em Saúde, da Associação dos Ostomizados do Maranhão e do Conselho Estadual do Direito da Pessoa com Deficiência, em que o Município se comprometeu em agilizar o mais rápido possível os procedimentos para aquisição de bolsas, de modo a não prejudicar ainda mais a situação dos usuários.

O Estado entrou em contato com a Prefeitura de São Luís, para obter informações sobre o não cumprimento do TAC firmado com o MP, e em nota a Semus informou que no momento está finalizando um processo de compra emergencial de bolsas de colostomia, que atenderá aos cerca de mil pacientes ostomizados inscritos no Programa.



Bolsa de colostomia deve ser trocada até três vezes durante a semana

Mais

A colostomia ou a ileostomia são derivações intestinais em que se exterioriza o cólon ou o íleo (intestino fino) na parede abdominal, formando um novo trajeto e local para a saída das fezes (que é chamado de estoma). Esse procedimento pode ser realizado de forma definitiva ou provisória, dependendo do tipo de tratamento e da severidade do tumor. Após a colostomia ou ileostomia, o paciente utiliza uma bolsa especial, para que suas fezes sejam coletadas.

“ Isso é uma falta de compromisso e de respeito, porque não se precisava comprar a bolsa. Agora, fica um jogando a responsabilidade para o outro e nós, esse tempo todo, sem receber a bolsa”

Dilson Serrão Nunes, paciente ostomizado

● Conciliação de litígios



**Quem concilia sempre
sai ganhando.**

A 15ª Vara Cível de São Luís já está antecipando o procedimento do novo Código de Processo Civil (CPC), que prevê a realização de audiência de conciliação ainda na fase pré-processual, com a finalidade de resolver o litígio sem a interferência de um juiz. O novo código só entrará em vigor em 2016. De acordo com o antigo CPC, para que as audiências de conciliação pudessem ser marcadas, o processo judicial já deveria existir, obrigatoriamente. Com o novo código, após o recebimento da petição inicial pela 15ª Vara Cível, a citação das partes é expedida, com o agendamento de uma audiência para o Centro de Conciliação, que funciona no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau).

● Procedimentos

Segundo explicou o juiz titular da 15ª Vara Cível, Alexandre Lopes de Abreu, se o acordo entre as partes for alcançado na audiência no Centro de Conciliação, a ata de audiência será enviada para a unidade jurisdicional, onde o acordo será homologado judicialmente. Caso contrário, será conferido um prazo legal para que a parte demanda conteste a ação, seguido de réplica do demandante. No caso de não haver mais provas para produzir, os autos ficarão conclusos para julgamento. O magistrado disse a 15ª Vara Cível têm enviado vários processos para o Centro Judiciário Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), obtendo-se resultados satisfatórios. "A providência trazida pelo novo Código de Processo Civil visa a racionalizar o processo judicial, dando às partes a oportunidade de resolverem o litígio, antes mesmo de o juiz se pronunciar sobre o fato", destacou o Alexandre Abreu.

Indenização

A C&A Modas terá que pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 8 mil a um cliente abordado de forma considerada excessiva na loja situada no Shopping da Ilha, em São Luís, em outubro de 2013. Os desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) mantiveram a sentença de primeira instância. O autor da ação de indenização alegou ter sido encaminhado para uma sala reservada no fundo da loja para ser revistado, depois da abordagem feita por uma fiscal. A empresa contestou, alegando que não houve prova do dano moral sofrido e que é lícita a atuação dos fiscais de segurança, a fim de proteger seu patrimônio.

1.343

atendimentos de janeiro até a segunda semana de abril de 2015. Este foi o número de registros feitos pela Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão. Os registros são feitos por meio de formulário eletrônico disponível na página do Tribunal de Justiça, do Telejudiciário (0800-707-1581), serviço "Fale Conosco", e presencialmente, na sede do órgão, no Fórum de São Luís (Calhau).

C&A Modas pagará indenização por abordagem excessiva a cliente

A C&A Modas terá que pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 8 mil a um cliente abordado de forma considerada excessiva na loja situada no Shopping da Ilha, em São Luís, em outubro de 2013. Os desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) mantiveram a sentença de primeira instância.

O autor da ação de indenização alegou ter sido encaminhado para uma sala reservada no fundo da loja para ser revistado, depois da abordagem feita por uma fiscal.

A empresa contestou, alegando que não houve prova do dano moral sofrido e que é lícita a atuação dos fiscais de segurança, a fim de proteger seu patrimônio. Argumentou que a abordagem foi discreta, cortês e que não houve situação vexatória.

FILMAGEM – O desembargador Jorge Rachid (relator) entendeu que ficou demonstrado o dano quando o autor, ao deixar a loja em companhia de uma pessoa, foi convidado para ver uma filmagem em uma sala reservada, onde, na verdade, passou a ser revistado, sob a suspeita de furto.

O relator frisou, como uma das consequências, o constrangimento de ser abordado dentro do estabelecimento comercial, gerando uma repercussão entre as pessoas que estavam no local, sem nenhuma cautela por parte dos funcionários da empresa. O desembargador disse que tal fato causou transtorno e vexame ao cliente.

Os desembargadores Kleber Carvalho (revisor) e José de Ribamar Castro acompanharam o voto do relator e negaram provimento ao recurso da C&A.

DIVULGAÇÃO



**“Marquinhos Matador” já está visto
como um assassino em série de mulheres**

Matador da enfermeira Wilna confessa ter assassinado funcionária do São Domingos

Marco Aurélio Teixeira Silva, o ‘Marquinhos Matador’, que disse ter sido o autor do assassinato da técnica de enfermagem Wilna de Paula Costa, de 29 anos, confessou ter matado a funcionária do Hospital São Domingos Mayara de Sousa Amorim, 19, no dia 6 de fevereiro deste ano. Segundo a polícia, o criminoso já pode ser considerado o novo serial killer do Maranhão, pois já assumiu a responsabilidade pela morte de outras duas mulheres, uma namorada e a mulher dele.

PÁGINA 12 [C1]

Ex-detento confessa ter matado funcionária do São Domingos

- ▶ *Crime aconteceu no mês de fevereiro, também perto do Complexo Penitenciário de Pedrinhas*
- ▶ *Após afirmar ter matado quatro mulheres, ele já é visto como o mais novo serial killer do Maranhão*

NELSON MELO

Marco Aurélio Teixeira Silva, o “Marquinhos Matador” – que disse ter sido o autor do assassinato da técnica de enfermagem Wilna de Paula Costa, de 29 anos, achada sem vida em um matagal no Bairro de Pedrinhas –, confessou na quarta-feira (22) ter matado a funcionária do Hospital São Domingos Mayara de Sousa Amorim, 19, no dia 6 de fevereiro deste ano. Segundo a polícia, o criminoso já pode ser considerado o novo serial killer do Maranhão, pois já assumiu a responsabilidade pela morte de outras duas mulheres, uma namorada e a mulher dele.

Em depoimento prestado no 12º Distrito Policial (DP), no Bairro do Maracanã, o suspeito declarou que matou Mayara da mesma forma que tirou a vida de Wilna, asfixiando-a com um pedaço de fio enrolado no pescoço da vítima. Ele disse que a observava passar todos os dias diante de sua residência, em uma área por trás

do Presídio São Luís 1 (PSL 1), unidade do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. E, na madrugada do dia 6 de fevereiro, por volta das 5h, esperou a jovem e a abordou, quando ela se deslocava para uma parada de ônibus, a fim de ir ao Hospital São Domingos, onde trabalhava como auxiliar administrativa.

O corpo de Mayara foi encontrado na manhã do dia 7, um sábado; e ela estava amarrada dos punhos às pernas, ainda com o uniforme do hospital.

De acordo com o delegado Neuton Corrêa Filho, titular do 12º DP, Marco Aurélio, porém, disse que não a estuprou, tendo sentido prazer somente em vê-la agonizar até perder completamente os sinais vitais. Esta – juntamente com o fato de usar corda ou fio nos crimes –, conforme o delegado, seria uma das marcas registradas de “Marquinhos Matador”.

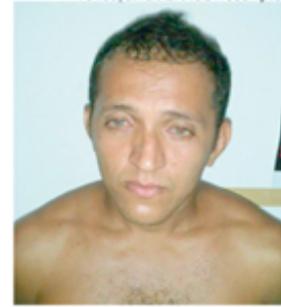
À época, a polícia prendeu Kellison Fonseca Brandão, de 22 anos, como suspeito pela morte de Mayara, uma vez que foi encontrado na casa



Corpo de Mayara é periciado no dia 7 de fevereiro, quando foi achado por trás da Penitenciária de Pedrinhas



Carteira de Identidade e cartão da vítima, achados na casa de Marco Aurélio



"Marquinhos Matador" já está sendo visto como um assassino em série de mulheres

dele um pedaço de corda similar à utilizada para estrangular a jovem. O delegado afirmou que, agora, tudo foi esclarecido com a confissão de Marco Aurélio e ainda pelo fato de na residência deste terem sido localizados a Carteira de Identidade e cartões bancários da auxiliar administrativa.

Indagado sobre a situação de Kellisson, após esta confissão, o delegado explicou que ele e outro homem preso na ocasião já estão em liberdade, pois o mandado de prisão temporária expedidos contra eles já expirou. E que, dessa forma, "Marquinhos Matador", desse momento em diante, será a pessoa que irá responder pelo assassinato de Mayara Amorim.

NOVO SERIAL KILLER – Considerado "frio" e "calculista", Marco Aurélio já está sendo visto como o novo serial killer do Maranhão, tendo em vista que, além de Mayara e Wilna, ele já responde por mais dois homicídios, contra uma namorada e outro de sua mulher, Elizabete Pereira, de 20 anos. Esta última morte o levou a ser condenado a 31 anos de prisão pela 2ª Vara do Tribunal do Júri, em 3 de dezembro de 2009. Da pena, ele cumpriu apenas seis anos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, pois sofreu progressão de regime, passando do fechado para o semiaberto.

Com relação à namorada, segundo informações obtidas pelo **Jornal**

Pequeno, o acusado a teria matado em 2000, quando ele tinha 17 anos. Tido como um homem dotado de um "bom papo" – que conquista a confiança das vítimas e, posteriormente, comete o crime –, nas palavras de Neuton Corrêa, o criminoso sempre usa uma "história-cobertura", caracterizada por uma mentira que conta, colocando a culpa nas mulheres que assassina, a exemplo da técnica de enfermagem, que Marco Aurélio disse que a mesma o estaria devendo certa quantia em dinheiro – o que teria motivado o homicídio.

POLÊMICA DA PRISÃO DOMICILIAR – Durante entrevista a uma emissora de rádio AM, o juiz auxiliar da capital Carlos Roberto Oliveira de Paula esclareceu que o acusado jamais foi beneficiado com prisão domiciliar – ao menos enquanto o magistrado era titular da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), tendo sofrido apenas a progressão de regime do fechado para o semiaberto. Ele destacou que ocorreu um equívoco da Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) com relação ao *status* carcerário do até então detento.

O juiz Roberto de Paula ainda frisou que o novo serial killer usufruiu, ainda, quando era presidiário, de saídas temporárias, sobretudo da Páscoa e Dia das Mães, em virtude de permissões contidas na legislação.

Atendimento da Ouvidoria do Judiciário

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão registrou 1.343 atendimentos de janeiro até a segunda semana de abril de 2015. Os registros são feitos por meio de formulário eletrônico disponível na página do Tribunal de Justiça, do Telejudiciário (0800-707-1581), serviço “Fale Conosco” e presencialmente, na sede do órgão, no Fórum de São Luís (Calhau). A Internet conti-

nua sendo o meio mais utilizado pelos usuários para solicitar informações e esclarecer as dúvidas, com 837 registros (63,33%) realizados por formulário eletrônico, e-mail (ouvidoria@tjma.jus.br) ou pelo link “Fale Conosco”, disponíveis no Portal do Judiciário (www.tjma.jus.br). O Telejudiciário (0800-707-1581) é o outro canal bastante acessado, com 360 registros (26,81%).

Quatro julgamentos são destaques da Semana do Júri em Olinda Nova

A juíza Anelise Nogueira Reginato presidiu quatro sessões do Tribunal do Júri na Comarca de Olinda Nova do Maranhão, durante a Semana Nacional do Júri. Os júris na comarca ocorreram de terça-feira (14) até sexta-feira (17), sendo os réus absolvidos em três, das 4 sessões. De acordo com informações da secretaria judicial, no júri da terça-feira o réu foi João Silva Pinto, acusado de ter matado Felipe Serra Barros, com um golpe de faca.

O crime ocorreu em abril de 2006, dentro do Clube da Associação do Bairro Novo, em Olinda Nova. “Formulados os quesitos, conforme termo próprio, o Conselho de Sentença deliberou, por maioria de votos, reconhecer a materialidade e autoria do crime. Todavia, também, por maioria de votos, decidiram pela absolvição. Já na quarta-feira (15), o réu foi Domingos Marinho.

Ele era acusado de crime de tentativa de homicídio praticado contra Domingos Marinho Filho, com um tiro de espingarda. O crime ocorreu em novembro de

2011, e Domingos estava sendo acusado, também, pela posse de arma irregular. O réu foi absolvido pelo conselho de sentença.

Na quinta-feira (16), foi a vez do julgamento de Helilton Pinheiro dos Santos, acusado de ter matado a tiros Claudionor Pereira Pinto. Ele foi considerado culpado e recebeu a pena de 21 anos, quatro meses e vinte e um dias. Ele era ainda acusado de tentativa de homicídio praticado contra Valmir Tiago e Gersenilde de Jesus. Os crimes ocorreram em setembro de 2005, no Povoado Sorocaba.

Na sexta-feira, o acusado foi o policial militar Aldo Cesar Santos Costa, acusado de ter matado Arlon Amaral, com um tiro. O crime aconteceu em outubro de 2009. De acordo com informações da denúncia, o policial Aldo, juntamente com os policiais João Batista e Manoel Luís, foi até o Bairro Novo, em Olinda Nova para prender Narlon. Ao chegar à residência, o policial teria disparado contra Narlon, levando-o à morte. Ele foi absolvido pelo conselho de sentença.

SÃO LUÍS

Vara Cível antecipa procedimentos do novo Código de Processo Civil

A 15ª Vara Cível de São Luís já está antecipando o procedimento do novo Código de Processo Civil (CPC), que prevê a realização de audiência de conciliação ainda na fase pré-processual, com a finalidade de resolver o litígio sem a interferência de um juiz. O novo código só entrará em vigor em 2016.

De acordo com o antigo CPC, para que as audiências de conciliação pudessem ser marcadas, o processo judicial já deveria existir, obrigatoriamente. Com o novo código, após o recebimento da petição inicial pela 15ª Vara Cível, a citação das partes é expedida, com o agendamento de uma audiência para o Centro de Conciliação, que funciona no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau).

Segundo explicou o juiz titular da 15ª Vara Cível, Alexandre Lopes de Abreu, se o acordo en-

tre as partes for alcançado na audiência no Centro de Conciliação, a ata de audiência será enviada para a unidade jurisdicional, onde o acordo será homologado judicialmente. Caso contrário, será conferido um prazo legal para que a parte demanda conteste a ação, seguido de réplica do demandante. No caso de não haver mais provas para produzir, os autos ficarão conclusos para julgamento.

O magistrado disse a 15ª Vara Cível têm enviado vários processos para o Centro Judiciário Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), obtendo-se resultados satisfatórios. “A providência trazida pelo novo Código de Processo Civil visa a racionalizar o processo judicial, dando às partes a oportunidade de resolverem o litígio, antes mesmo de o juiz se pronunciar sobre o fato”, destacou o Alexandre Abreu.